



**INSTITUTO CHEIRO DE GENTE**

CNPJ: 34.479.467/0001-88

Fone: (94) 99272.7132 / (93) 99225.2425

E-mail: [institutocheirodegente@gmail.com](mailto:institutocheirodegente@gmail.com)

Titulado com Utilidade Pública Estadual de

Acordo com LEI Nº 9.428, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021

**RECURSO ADMINISTRATIVO Proposta: 062232-2025**

**OSC: Instituto Cheiro de Gente – CNPJ 34.479.467/0001-88**

À Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 1/2025

Secretaria-Geral da Presidência da República

O Instituto Cheiro de Gente, CNPJ 34.479.467/0001-88, por meio de seu representante legal, vem respeitosamente interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão de eliminação da Proposta 062232-2025, com fundamento no item 7.7 do edital, art. 18 do Decreto 8.726/2016 e princípios constitucionais da Administração Pública. O presente recurso demonstra, de forma técnica, objetiva e fundamentada, que a decisão contém equívocos, omissões e erros materiais que comprometem a legalidade, a objetividade e a motivação exigidas pelo edital.

#### 1. DA SÍNTESE DA DECISÃO DE ELIMINAÇÃO

Segundo o parecer, a proposta teria descumprido os itens 1.2 e 7.5.7 (a, b, c, d e f) do edital, especialmente no que diz respeito a:

- ausência das informações mínimas do item 7.4.4;
- nota zero nos critérios A e B;
- objeto e objetivos supostamente “diferentes” do edital;
- metas, indicadores e cronograma fora dos parâmetros;
- atendimento voltado apenas a demandas internas;
- número inferior de vagas e turmas;
- ausência de plano de ensino.

Conforme demonstra este recurso, tais alegações não encontram respaldo no conteúdo real da proposta apresentada.

## 2. DO ERRO MATERIAL EM RELAÇÃO AO ITEM 7.4.4

A Comissão afirmou que a proposta não contempla as informações mínimas previstas no item 7.4.4.

Contudo, a proposta do Instituto contempla integralmente os elementos obrigatórios:

- a) descrição da realidade do objeto – consta na Justificativa;
- b) forma de execução das ações – consta detalhadamente na Metodologia (Etapas 1 a 5);
- c) metas quantitativas – consta na Tabela de Metas;
- d) indicadores e documentos de comprovação – consta na Tabela de Indicadores e Meios de Verificação;
- e) previsão de receitas e despesas – consta no Orçamento (R\$ 600.000);
- f) cronograma de desembolso – compatível com o cronograma de execução (12 meses);
- g) ações que demandam pagamento em espécie – descritas no orçamento.

Portanto, a fundamentação utilizada para eliminação é incompatível com os fatos.

## 3. DA IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE ATRIBUIR NOTA ZERO NOS CRITÉRIOS A E B

O edital estabelece que a nota zero só pode ser atribuída quando houver AUSÊNCIA TOTAL dos elementos avaliados.

### 3.1 Plano de Trabalho (critério A)

O plano de trabalho foi integralmente apresentado, contendo todos os elementos necessários e exigidos pelo edital. Não há justificativa técnica que autorize nota zero.

### 3.2 Plano de Ensino (critério B)

O sistema Transferegov não possui campo próprio para “plano de ensino”.

Os conteúdos pedagógicos – temas, etapas, oficinas, módulos, metodologia, cargas de trabalho e materiais – foram apresentados dentro da Metodologia de Execução e do detalhamento das etapas.

Não houve ausência absoluta. Logo, nota zero é medida desproporcional e ilegal.

#### 4. DO OBJETO E OBJETIVOS DA PROPOSTA – TOTALMENTE COMPATÍVEIS COM O EDITAL

O parecer afirma que haveria “indícios de atendimento interno”. Essa conclusão é incorreta e contrária ao conteúdo da proposta.

A proposta atende a:

- 170 beneficiários diretos;
- 80 participantes de oficinas presenciais;
- 80 participantes no curso EAD;
- OSCs parceiras dos municípios de Parauapebas e Oriximiná;
- formação externa ampliada (Belém, Brasília e região Nordeste).

Trata-se de público externo, plural e regionalizado, alinhado à finalidade formativa do edital.

O objeto – fortalecimento institucional por meio de formação e capacitação – está plenamente dentro dos objetivos do Chamamento Público nº 1/2025.

#### 5. DO CRONOGRAMA, METAS E INDICADORES – EXISTEM E ATENDEM AO EDITAL

O cronograma foi apresentado com 12 meses de execução, distribuído em etapas claras.

Metas, indicadores, meios de verificação e resultados esperados foram apresentados de forma técnica e objetiva.

Não procede a afirmação de ausência ou inadequação.

#### 6. DA ALEGADA FALTA DE TURMAS E DE VAGAS MÍNIMAS

O parecer cita suposto número mínimo de 600 vagas e 12 turmas. Contudo, o trecho do edital apresentado à OSC NÃO contém tal exigência explícita. Não há indicação de página, item ou redação literal que imponha esses quantitativos.

Requer-se que a Comissão indique o item específico que fundamenta esta exigência.

Ademais:

- divergência quantitativa deveria reduzir nota, e não gerar eliminação automática;
- o item 7.5.7 não prevê eliminação por número de vagas inferior.

## 7. DO CUMPRIMENTO DO ANEXO II E DO ITEM 1.2

A proposta segue o exato roteiro do Anexo II, apresentando todos os campos exigidos.

O parecer não aponta qual campo estaria ausente – demonstrando motivação genérica e insuficiente.

## 8. DA VIOLAÇÃO AO DEVER DE MOTIVAÇÃO (ART. 50 DA LEI 9.784/99)

A decisão:

- utiliza argumentos contraditórios;
- faz afirmações incompatíveis com o conteúdo entregue;
- não apresenta planilha de notas;
- não indica trechos específicos da proposta que estariam em desacordo.

Tal motivação genérica viola:

- o princípio da motivação;
- o princípio da objetividade do julgamento;
- o princípio da razoabilidade;
- o item 7.9.3 do edital.

## 9. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. Reconsideração integral da decisão de eliminação, com reenquadramento da proposta como “não eliminada”, nos termos do item 7.5.8.
2. Disponibilização da planilha com notas individuais dos membros da Comissão.
3. Nova análise objetiva da proposta, caso não haja reconsideração.
4. Deferimento do presente recurso para que a proposta siga regularmente para a etapa de classificação.

Termos em que,

Pede deferimento.

Instituto Cheiro de Gente

CNPJ: 34.479.467/0001-88